

CIÊNCIA E VERDADE NO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Monique Cittadino*

O enfrentamento, pelo historiador, de qualquer objeto de estudo na História suscita, habitualmente, a dificuldade decorrente da existência das mais diversas e heterogêneas interpretações a respeito de um mesmo tema.

Na verdade, para quem se propõe a penetrar no âmbito da historiografia, as certezas absolutas são simples quimeras, o consenso é uma aspiração vã e a única garantia existente é a da sua imersão no seio de ricos e calorosos debates.

Sendo assim, o historiador não se pode furtar a uma questão que se coloca desde que a História pretendeu ingressar na categoria das "ciências": é possível chegar-se a um conhecimento objetivo na História? A História, enquanto ciência, produz um conhecimento que podemos chamar de "verdade", válida universalmente? E se produz, como podemos distinguir o conhecimento verdadeiro dentro deste espectro de diferentes construções?

Da antiguidade até o final da Idade Média a História esteve, de um modo geral, vinculada às lendas e ficções, sendo concebida sob a forma literária de narrativas e crônicas. É certo que, mesmo neste período, a busca de um fundo de verdade para a História foi objeto de preocupações de alguns pensadores, mas, o seu caminhar no sentido do estabelecimento dos requisitos "científicos e críticos" desta verdade só começaram a ser formulados no Renascimento com o desenvolvimento das "ciências auxiliares da História".

Entretanto, mesmo neste período, a História continuava a ser escrita como sempre o fôra, não se valendo ainda dos

* Professora de História do Brasil da UFPB. Mestre em Ciências Sociais pela UFPB.

progressos obtidos pelas novas técnicas de crítica histórica. Será apenas no século XIX que, impregnada pelo espírito cientificista que dominava a época, a História procurou abandonar, desprezando, o seu caráter de literatura, para fazer parte, juntamente com a física, química, biologia etc, do ramo das Ciências.

E, para coabitar com as ciências da natureza sob o mesmo teto das Ciências, a História precisava organizar-se e conceber-se à semelhança daquelas, cujo paradigma era hegemônico dentro do conceito de ciência de então. O cientificismo e o naturalismo passaram a ser os referenciais sobre os quais a ciência da História deveria erigir-se a fim de chegar ao nível de desenvolvimento e maturidade das ciências naturais. As regras e os métodos destas passaram a ser incorporados pela História.

Será o positivismo que desenvolverá esta concepção cientificista dentro não só da História como, sobretudo, das demais ciências humanas. Na busca de equiparar estas últimas às ciências da natureza, levando a um unicismo epistemológico entre essas duas categorias de ciências, o positivismo adotou para as humanas os pressupostos básicos das naturais:

1. Separação entre sujeito e o objeto, ou seja, o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento. A História, no sentido do processo histórico, existe objetivamente independentemente do sujeito que a escreve. Isto permite o desenvolvimento da concepção objetivista da ciência, segundo a qual o conhecimento deve ser um reflexo real do objeto. Ao sujeito, ao pesquisador, cabe apenas a descrição dos fenômenos em estudo, da forma tal como eles se apresentam.

2. Submissão da sociedade, assim como da natureza, à leis invariáveis e gerais que independem da vontade humana. Com isto, a sociedade passa a poder ser estudada pelos mesmos métodos e regras das ciências experimentais. Ao pesquisador cabe apenas a enunciação das explicações causais dos fenômenos baseada na obediência à essas leis gerais.

3. Ausência do subjetivismo, ou seja, o historiador, assim como os demais cientistas sociais, deve adotar a mesma postura dos cientistas da natureza, abstendo-se de emitir juízos de valor sobre os objetos em estudo e livrando-se de todas as pré-noções e preconceitos no desenvolvimento da pesquisa.

Em suma, o ideal positivista é o de uma ciência neutra, livre dos interesses individuais e que leve à produção de um conhecimento objetivo e de uma verdade universalmente válida.

Ainda no século passado esta tese passou a ser rejeitada pelos representantes dos historicistas. Inicialmente eles se opuseram à tese da unicidade epistemológica entre as ciências naturais e as ciências sociais ao estabelecerem distinções entre as duas. Por um lado, negaram a separação feita entre o sujeito e o objeto com o que introduziram a problemática do subjetivismo na produção do conhecimento; por outro lado, afirmaram que nas ciências humanas há uma unidade inseparável entre julgamento de fato e de valor, afirmação que novamente recupera o papel do sujeito na produção do conhecimento; finalmente e, sobretudo, defenderam que tudo (a natureza, a sociedade, os homens) evolui com a História, inclusive a nossa forma de ver e interpretar o mundo. Isto leva a uma concepção relativista com a negação da possibilidade de uma verdade objetiva, uma vez que, o que pode ser verdadeiro para uns num determinado tempo e local, pode ser falso noutras circunstâncias. Esta é uma afirmação de graves consequências posto que, conforme o paradigma epistemológico dominante, estaria eliminada a possibilidade de encarar a História como ciência.

Diante destas contestações, diferentes foram as respostas dadas pelos historiadores para tentar superar o problema do relativismo então surgido. Wilhelm Dilthey, consciente das implicações céticas advindas deste relativismo procurou, em vão, durante toda a sua vida, a solução que lhe garantisse a continuidade da possibilidade de existência de um conhecimento objetivo dentro das ciências humanas. Entretanto, não aceitou a

resposta eclética dada por outros historicistas e, no final de sua vida, reconheceu o fracasso de sua tentativa. Georg Simmel, ao contrário, defendeu que a forma de se evitar o relativismo total seria a busca da síntese entre os diversos pontos de vista, mesmo entre os contraditórios. Mas, conforme aponta Michel Löwy em sua crítica, a síntese, em si, não garante uma maior objetividade do conhecimento. E qual seria, tendo-se em vista que diversas sínteses seriam possíveis, a que mais se aproxima da verdade? Como se percebe, o impasse permanece.

Antes de se passar às colocações marxistas sobre a objetividade das ciências humanas, se faz necessário analisar mais de perto os fundamentos que permitem incluir ou não o sujeito dentro do processo de produção da ciência.

A tese positivista que advoga o não subjetivismo é absolutamente indefensável posto que, da escolha do objeto de pesquisa, da definição do fato histórico à sua interpretação e análise, a presença e a influência do pesquisador são decisivas. Segundo o positivismo, caberia ao historiador apenas a exposição dos fatos "puros", da forma como eles se apresentam nos documentos, sem interpretá-los ou comentá-los; eles falariam por si! A partir daí já surge a primeira dificuldade: como se definir o que é um fato histórico? Qual o critério que se deve utilizar para afirmar que um fato acontecido no passado é ou não um fato histórico?

Deve-se ter em mente que o fato histórico (assim como qualquer outro objeto de pesquisa) não está dado ao historiador (ou a qualquer outro pesquisador), cabendo a este apenas a sua descrição. Na verdade, os fatos históricos são infinitos (breves acontecimentos, longos processos, manifestações culturais, artísticas, sociais, vestígios materiais, etc) e o critério básico para definir-se uma dessas manifestações como sendo um fato histórico é o da sua importância dentro de um sistema de referências, o que está relacionado eminentemente ao sujeito da pesquisa, aos seus interesses, e à teoria por ele adotada. Dito de outra forma, a teoria precede aos fatos; sem teoria não há

História. O fato histórico é um constructo, é o resultado da teoria. Isto não quer dizer que ele não tenha existido concretamente na realidade, o que conduziria ao idealismo total; apenas que, a sua existência como um fato que tenha significado e importância históricos depende da ação do historiador. Em outras palavras, um acontecimento que para um determinado historiador de uma dada escola não tem interesse e significado, para outro pode ser considerado como um fato histórico.

Conseqüentemente isso dá margem à inúmeras versões históricas. E qual delas é a verdadeira?

Se ao analisar-se a questão da definição do fato histórico (que, para os positivistas, eram considerados a base do trabalho do historiador, cabendo a este apenas expô-los tal como se apresentaram) verifica-se a importância da influência do fator subjetivo na sua determinação (o que lança por terra os anseios da absoluta neutralidade da ciência da História), ao estudar-se o papel da explicação e da avaliação desses fatos, percebe-se que a subjetividade está presente de forma ainda mais marcante.

Sem dúvida que este segundo aspecto não se coloca para os positivistas uma vez que eles não trabalham com as categorias de explicação, interpretação e avaliação na ciência histórica. Entretanto, é isso que caracteriza a História enquanto ciência, diferenciando-a da mera crônica ou narrativa literária. É a busca da compreensão dos elos causais entre os fatos históricos, possibilitando assim a apreensão do processo histórico como um todo, que define o real papel da ciência da História.

A explicação causal implica na seleção, por parte do historiador, dentre infinitas relações causais entre os fatos históricos, daquela que lhe parece ser a mais coerente e ajustada aos seus pressupostos (teoria). E não poderia ser de outra maneira. De fato, antes mesmo de buscar uma explicação para os fatos, os historiadores estabelecem entre eles diferentes relações que podem, conseqüentemente, ser explicados sob diferentes aspectos. Por outro lado, com relação à explicação

finalista (aquela que procura compreender uma determinada ação consciente voltada para a realização de um determinado fim) a subjetividade do historiador também está implícita, haja visto que a própria definição de "compreensão" requer a presença do sujeito que compreende no processo cognitivo. "Assim, sem compreender as ações dos homens, é impossível explicar a história; em outros termos, a compreensão é uma parte constitutiva da explicação histórica."¹

Finalmente, no que se refere à avaliação, ou seja, à emissão de um juízo de valor, esta só pode se dar em função do sistema de valores adotados pelo historiador. E sabe-se que não existem valores absolutos, universalmente válidos. É interessante lembrar que esta avaliação não se dá apenas depois de ter-se analisado os fatos. Ela é posterior, mas também, anterior aos fatos pois, como já se viu, para um historiador escolher, definir um fato como histórico, ele processa uma operação de avaliação e assim o faz em função do seu sistema de valores.

Em resumo, pode-se afirmar que o subjetivismo evidencia-se no âmbito da História, especialmente, através dos seguintes pontos:

1. A nível mais geral, na impossibilidade de separar-se o sujeito que conhece do objeto de conhecimento dentro da relação cognitiva;

2. A nível mais específico, na definição do fato histórico e na interpretação e avaliação do mesmo.

E, por mais que os positivistas tivessem tentado escapar das influências do meio e época sobre os seus trabalhos, almejando, assim, desenvolver uma ciência objetiva e neutra, livre das "paixões", eles próprios foram vítimas do condicionamento histórico-social do conhecimento, caindo na "armadilha dos interesses subjetivistas". Para Michel Löwy, o positivismo no seu nascedouro (Condorcet e Saint-Simon) possuía uma dimensão crítica contra o Antigo Regime.

¹ SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 4ª.ed. São Paulo, Martins Fontes, p. 259.

Condorcet preconizava uma ciência da sociedade nos moldes das ciências da natureza, imune aos interesses particulares. "O cientificismo positivista é aqui um instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas *a priori* da Igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal."²

Se em Condorcet a ciência positivista tinha um caráter eminentemente crítico e subversivo contra o clericalismo e o absolutismo, refletindo o momento histórico de luta pelo poder da burguesia, em Comte e Durkheim haverá uma clara rejeição a este aspecto crítico e, uma vez que a nova sociedade capitalista industrial já se encontrava estabelecida, sua ciência estará voltada para a defesa da manutenção da ordem e do *status quo*. De instrumento revolucionário, o positivismo transmutou-se em elemento justificador da ordem social vigente. Infelizmente, o reconhecimento do condicionamento histórico-político presente em seus trabalhos estava além da capacidade de visão daqueles autores (ou, talvez, fosse deliberadamente negado).

Mas, se o positivismo não se coloca o problema da subjetividade no âmbito das ciências sociais e se o historicismo reconhece a sua presença mas se confessa incapaz de resolvê-lo (Dilthey) ou fornece respostas insatisfatórias (Simmel), o marxismo formulará respostas por eles consideradas como definitivas. Não iremos nos deter nas formulações mais ortodoxas (para não dizer "positivistas") que consideravam a sua ciência (o marxismo) como a verdadeira Ciência, detentora da verdade absoluta por estar livre (?) de julgamentos de valor, pois que as consideramos frutos de uma visão dogmática e autoritária que não oferece maiores contribuições ao presente debate. Pretendemos expor as colocações de dois autores marxistas (Adam Shaff e Michael Löwy) que, cientes e críticos do dogmatismo desta visão mais ortodoxa, se dispuseram a discutir

² LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchäusen*. 2ª.ed. São Paulo, Busca Vida, 1988, p.19-20.

especificamente a possibilidade da presença do subjetivismo numa ciência que pretenda produzir conhecimentos objetivos.

Shaff, em sua obra "História e Verdade", reconhece o papel ativo do sujeito dentro do processo cognitivo e afirma que, se a objetividade do conhecimento implicasse na exclusão da participação do sujeito e de todas as suas características, valores, história de vida, etc, ela seria uma ficção feita por um ser não-humano. Ele reconhece a impossibilidade de se atingir uma objetividade caracterizada pela imparcialidade total. Admitindo, portanto, a inevitabilidade do subjetivismo na produção do conhecimento, o problema passa a ser, então, para Shaff, o de como conviver com essa subjetividade e, dentro do possível, superá-la. Por outro lado, Shaff analisa dois pares dicotômicos relacionados com o conhecimento e com a verdade: verdade absoluta X verdade relativa e verdade total X verdade parcial. No que se refere ao primeiro par, Shaff rejeita a possibilidade de uma verdade absoluta no sentido de imutável, definitiva, acabada. Com relação ao segundo par, ele defende o conhecimento como um processo sempre em expansão, constituído do acúmulo crescente de verdades parciais.

Assim, ao fundir esses dois elementos (a superação do subjetivismo e a tipologia da verdade), Shaff propõe uma saída para a obtenção de um conhecimento objetivo: "A solução consiste pois em passar do conhecimento individual ao conhecimento considerado um processo social. O conhecimento individual é sempre limitado e agravado pela influência do fator subjetivo; verdade parcial só pode ser relativa. Em contrapartida, o conhecimento considerado à escala da humanidade, concebido como um movimento infinito pela formulação de verdades mais complexas, mais cheias, é consistindo em ultrapassar os limites das verdades relativas um processo tendendo para o conhecimento integral."³ E ele complementa em seguida: "Assim, é possível superar a ação

³ SCHAFF, Adam, op. cit., p.286.

deformante do fator subjetivo no-e-pelo-processo social do progresso da ciência, na-e-pela-acumulação de verdades parciais."⁴

Por outro lado, inspirando-se na sociologia compreensiva de Karl Mannheim, Shaff sugere uma outra forma de buscar a "superação da ação deformante do fator subjetivo": a tomada da consciência da sua presença e dos seus efeitos. É conhecendo-se melhor a si próprio e aos seus condicionantes sociais, psicológicos, históricos, etc, que o sujeito pode perceber a sua influência sobre a produção do conhecimento. A partir daí, Shaff defende a autocrítica, a auto-reflexão como forma de superação do subjetivismo. "Um dos poderosos motores da autocrítica científica, que deveria caracterizar em premanência a obra do cientista e ser a garantia da sua vitalidade, é a consciência do condicionamento social e das limitações subjetivas do conhecimento; consciência que, sensível em primeiro lugar sob a sua fórmula teórica geral, conduz em seguida o cientista a pôr em questão a sua própria obra, a uma reflexão mais sistemática sobre o condicionamento social das suas próprias posições, sobre os limites e as deformações eventuais dos seus próprios pontos de vista sob o efeito do fator subjetivo."⁵

Finalmente, reconhecendo a dificuldade dessa autocrítica e a inevitabilidade de se tomar posições de classe ao se produzir o saber, Shaff defende que, para a situação histórica do capitalismo, a posição de classe que conduz a uma melhor apreensão da realidade e, conseqüentemente, a um patamar cognitivo mais elevado, se bem que, não absoluto, é a posição de classe vinculada aos interesses da classe revolucionária (o proletariado) visto que esta "...não conduz às deformações conservadoras; subentende, pelo contrário, uma atitude aberta ao progresso social e à mudança."⁶

⁴ Ibid, p.286.

⁵ Ibid, p. 293.

⁶ Ibid, p. 296.

Com certeza, essas três saídas apontadas por Shaff para o problema da objetividade do conhecimento (processo social de acúmulo de verdades parciais, autocrítica e adoção das perspectivas de classe do proletariado), não garantem, por si só, um conhecimento mais verdadeiro. O acúmulo de verdades parciais pode levar a um conhecimento talvez mais rico e plural, mas não objetivo, além do que, no sentido de um caminhar para uma verdade total, é absolutamente inviável (as verdades parciais por serem também antagônicas, não permitem esta síntese). Por outro lado, a autocrítica, conforme a imagem sugestiva de Michael Löwy, consiste em tentar se livrar de um atoleiro puxando-se por seus próprios cabelos. E, finalmente, com relação à afirmação de que o posicionamento de classe do proletariado seja o mais favorável ao conhecimento, não parece haver, cientificamente, nenhuma comprovação a não ser a crença de quem assim o pensa.

Por mais que tente dar uma resposta definitiva à questão de como é possível se produzir um conhecimento objetivo, universalmente válido, tendo-se em vista a presença no processo de conhecimento de todos os aspectos subjetivos, Shaff ainda deixa uma grande indefinição no ar. Ao final de toda a sua exposição, afirma categoricamente: "A verdade atingida no conhecimento histórico é uma verdade objetiva relativa."⁷ Isso a primeira vista parece ser uma contradição, mas não o é. Ele entende a verdade como objetiva no sentido em que ela reflete, corresponde à realidade objetiva; nesse aspecto ele permanece fiel ao materialismo uma vez que, para este, o conhecimento deve estar relacionado à realidade concreta e não às idéias (idealismo). Ele concebe a objetividade "...como o reconhecimento da existência objetiva da realidade que o conhecimento reflete..."⁸ Por outro lado, Shaff admite claramente a inexistência de uma verdade absoluta, de um conhecimento absoluto. A verdade com que se trabalha é uma

⁷ Ibid, p. 301.

⁸ Ibid, p. 305.

verdade parcial e, portanto, relativa. "Esta asserção diz respeito igualmente à consciência cada vez mais generalizada de que nosso conhecimento está submetido às determinações mais diversas que, se não implicam na deformação absoluta do conhecimento, implicam pelo menos no seu caráter unilateral, parcial, limitado, implicando por conseguinte no fato de que as verdades atingidas nesse conhecimento não são totais e definitivas, absolutas (com exceção de um domínio relativamente restrito do conhecimento onde as verdades parciais absolutas são acessíveis), mas limitadas, parciais, relativas (inclusive as verdades parciais absolutas quando se consideram um contexto mais vasto)."⁹ Nos parece que ficamos na mesma...

A contribuição mais rica de Shaff é justamente quando demonstra a importância da atitude de tolerância frente às idéias do "outro", identificada com "...a vontade de reconhecer as verdades relativas contidas nas idéias do adversário."¹⁰ É quando ele não se preocupa tanto em definir a fórmula que garanta o conhecimento "mais científico". É quando concebe o conhecimento como um processo infinito de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos rumo a patamares sempre mais amplos (se bem que, não necessariamente mais "objetivo"). Ele quase chega ao cerne da questão quando, ao concluir seu livro, coloca, de forma não aprofundada, o fato das ciências naturais e das ciências sociais tratarem de categorias diferentes do conhecimento, onde o produzido pelas ciências sociais tem uma especificidade própria. Infelizmente, a este ponto, ele reserva apenas um último parágrafo.

Se Adam Shaff ainda deixa uma certa brecha na questão da possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade histórico-social ao defender a verdade objetiva parcial (relativa), Michael Löwy consegue, aparentemente, fazer uma amarração mais consistente do problema.

⁹ Ibid, p. 290.

¹⁰ Ibid, p. 290.

Assim como Shaff, Löwy também reconhece as diferenças entre as ciências naturais e as ciências sociais no que se refere ao subjetivismo e defende as especificidades metodológicas destas últimas. A partir daí preconiza a ruptura com o modelo de objetividade científico-natural defendida pelos positivistas e a adoção de uma outra direção "...para explicar as condições de possibilidade de um conhecimento objetivo dos fatos sociais, históricos e culturais."¹¹

Reconhecendo que um dos principais elementos influenciadores na produção do conhecimento é o ponto de vista de classe social e, admitindo a inevitabilidade dele se fugir, Löwy desenvolve seu raciocínio na busca da classe social cujo ponto de vista é capaz de fornecer a apreensão mais científica da realidade.

Baseando-se na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e nos trabalhos desenvolvidos por Lucien Goldmann, Löwy defende que o ponto de vista da classe revolucionária do proletariado é o mais adequado epistemologicamente a produzir um conhecimento verdadeiro da realidade. E isso pelo fato dela possuir certas especificidades em relação à outras classes revolucionárias como a burguesia do século XVIII:

1. Enquanto a burguesia, na sua luta contra o feudalismo, tinha interesses particulares a defender (e, portanto, a ocultar das demais classes que participavam do processo revolucionário), o proletariado possui o interesse geral da abolição da dominação de classe, não tendo nada a ocultar e, podendo desta forma produzir conhecimentos mais transparentes, verdadeiros.

2. O conhecimento científico da realidade social não era uma condição necessária para que a burguesia triunfasse impondo o seu domínio. Por outro lado, para a classe operária esta é uma condição não apenas necessária, como vital para a sua prática revolucionária.

¹¹ LÖWY, Michael. Op. cit., p.195.

Entretanto, Löwy não absolutiza a superioridade epistemológica do ponto de vista proletário, negando a possibilidade de conhecimento verdadeiro ligado à burguesia e afirmando a infalibilidade do pensamento vinculado ao proletariado. Ele apenas afirma que "...o ponto de vista do proletariado é o que oferece a melhor possibilidade objetiva [grifo do autor] de um conhecimento da verdade..."¹² Para melhor ilustrar essa afirmação ele faz uso da metáfora do mirante, na qual, este, quanto mais elevado estiver situado, mais ampla e completamente possibilita a visualização da paisagem abaixo. O ponto de vista do proletariado seria então o mirante mais elevado e o que ofereceria a "...maior possibilidade objetiva de acesso à verdade".¹³

O mais interessante é que, ao se perguntar se existe alguma comprovação científica para suas colocações, ele próprio afirma que: "Sim, na medida em que se pode, até certo ponto, deduzi-los da condição objetiva do proletariado na sociedade capitalista e da experiência histórica de suas lutas revolucionárias. Não, na medida em que eles são aceitáveis apenas para os que já optaram, para os que tomaram posição em favor do proletariado e de seu ponto de vista. Em outros termos: eles contêm um núcleo irreduzível de fé, ou, mais precisamente, de aposta histórica sobre o papel emancipador do proletariado, sobre sua vocação universal e redentora [os grifos são do autor]. Estes dois grupos de afirmação não devem, portanto, ser concebidos como uma demonstração objetiva, aceitável por todos, qualquer que seja seu ponto de vista de classe, mas como uma espécie de pedra de toque, que assegura a coesão interna da visão social de mundo proletária."¹⁴

Essa sua saída, ao apelar para a fé, não consegue tampouco responder ao nosso problema fundamental.

¹² Ibid, p. 203.

¹³ Ibid, p. 209.

¹⁴ Ibid, p. 201.

Entretanto, tem a virtude de demonstrar que, do ponto de vista da ciência, essa argumentação é de extrema vulnerabilidade.

Como se viu a partir das discussões anteriores, a questão da objetividade do conhecimento e da possibilidade de se atingir a verdade na História está intimamente relacionada à discussão epistemológica sobre a definição de ciência. Busca-se a verdade a partir da concepção de que a ciência, e só ela, é capaz de proporcioná-la. E isso gera uma nova categoria de problemas que é a admissão, ou não, da História enquanto ciência.

Alguns poderiam dizer que esse é um debate vão. Que definindo ou não a História como ciência os historiadores continuarão a fazer o que fazem, independentemente da conclusão a que se chegue.¹⁵ Sem dúvida que isso evidentemente ocorre e tem ocorrido desde que esse debate se impôs: ele ainda não foi resolvido e, nem por isso, os historiadores deixaram de fazer História.

Mas, também nem por isso deixa-se de continuar a discuti-lo. A questão não é que o debate, da forma como está formulado, seja vão. Ele é apenas um debate sem fundamento pois, conforme os ensinamentos de Mário Bunge sobre o "problema"¹⁶, este de que tratamos (a História é ou não ciência e, como tal, pode ou não produzir um conhecimento verdadeiro) foi mal formulado por partir de pressupostos errados (o paradigma das ciências naturais).

Querer adotar para as ciências humanas o mesmo paradigma das ciências naturais, adotando uma postura de unitarismo epistemológico (fruto da influência da filosofia positivista) é, sem dúvida nenhuma, uma atitude infrutífera. Dentro do modelo das ciências naturais a História, claramente, não pode ser considerada uma ciência. Ela tem profunda especificidades (como vimos anteriormente) que não permitem enquadrá-la dentro do modelo das ciências naturais. Para

¹⁵ Vide VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Lisboa, Edições 70, s/d.

¹⁶ Vide BUNGE, Mário. *La Investigación Científica: Su Estrategia e Su Filosofía*. 3a.ed. Barcelona, Ariel, 1973.

analisar a questão das ciências humanas, deve-se adotar a perspectiva do dualismo epistemológico, compreendendo que elas tem um estatuto que difere radicalmente do estatuto das ciências naturais e que uma não pode ser reduzida à outra. Inclusive, deve-se ir além e afirmar que, até o próprio estatuto epistemológico das ciências naturais, sobretudo em relação à física, vem sofrendo, neste século, uma série de graves e fecundos questionamentos responsáveis pelo abalo de suas estruturas mais profundas. As verdades, as certezas, a objetividade dessas ciências tem sofrido sérios reveses que vem obrigando os epistemólogos a se debruçarem cada vez mais nos seus fundamentos epistemológicos num vigoroso movimento crítico. A ciência, de um modo geral, vive nesse século uma profunda crise de seus paradigmas, caracterizando, assim, para Boaventura de Sousa Santos, uma crise de degenerescência.¹⁷

E as ciências humanas não poderiam ficar de fora de todo esse movimento convulsivo. Necessário se faz a busca de novas bases sobre as quais assentar as ciências humanas, de nova visão do que se entende por verdade e do que se pretende da ciência.

Esse caminho deve apontar para uma concepção do conhecimento como algo dinâmico, que está sempre sendo refeito e nunca se esgota; como a "possibilidade de apreensão cada vez mais ampla e variada do real".¹⁸ Um conhecimento amplo, plural, que não se esgote na "minha" versão, mas que admita a versão do "outro", podendo manter com este um diálogo rico e construtivo. Não é a tentativa de uma síntese das diferentes perspectivas e visões -isso, além de impossível, realmente não garante nada; é, isto sim, a adoção de uma postura aberta -embora sem deixar de lado a visão crítica-, não dogmática, que admita que a realidade pode suscitar diferentes

¹⁷ Vide SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*. 2a.ed. Porto, Afrontamento, 1990.

¹⁸ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 5a.ed. São Paulo, DIFEL, 1986, p.342. *Saeculum II: Jul/Dez/1996*

interpretações e que cada uma delas pode contribuir para o enriquecimento do conhecimento do real.

Argumentar que isso é o mais puro relativismo e que pode trazer conseqüências políticas graves -final, o conhecimento não está desligado de uma prática social e política- é, sem dúvida, uma crítica pertinente. Mas, é também uma crítica utópica pois que, na verdade, é isso que sempre aconteceu desde que se faz História: diferentes versões adaptadas a diferentes interesses são escritas e são usadas para justificar diferentes práticas, cada uma delas pretendendo ser a verdadeira e objetiva, negando, assim, as demais. E nada, a não ser a fé, garante que se tenha atingido a palavra final. O debate tem se colocado permanentemente e, permanentemente, não tem sido resolvido.

Necessário se faz o abandono dessa postura auto-ilusionista e a admissão, sem subterfúgios, de algo que acontece efetivamente e com o qual se é obrigado a conviver no dia a dia. A verdade, dentro dessa concepção de ciência e de conhecimento, não existe de uma forma abstrata, desligada da prática a que se destina; o seu critério é a sua adequação à essa prática.¹⁹ O que nos compete, enquanto cientistas, é a crítica das práticas sociais às quais se destinam as formas de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA:

- BUNGE, Mário. *La Investigación Científica: Su Estrategia e Su Filosofía*. 3ª ed. Barcelona, Ariel, 1973.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 5ª. ed. São Paulo, DIFEL, 1986.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen*. 2ª. ed. São Paulo, Busca a Vida, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*. 2ª. ed. Porto, Afrontamento, 1990.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 4ª. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Lisboa, Edições 70, s/d.

¹⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., p.51.